



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 26 de fevereiro de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Alternativas à indústria é o próximo passo OPINIÃO	2
JORNAL DO COMMERCIO 'Amazonas é campeão de pobreza'..... POLITICA	3
JORNAL DO COMMERCIO 'Amazonas é campeão de pobreza" (continuação) POLITICA	4
JORNAL DO COMMERCIO Pacto pela sustentabilidade ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Incremento..... EMPRESAS	6
JORNAL DO COMMERCIO Suframa 46 Anos	7
A CRITICA Candidatos sem perfil ECONOMIA	8
A CRITICA Vamos começar o ano ECONOMIA	9
A CRITICA Julio Ventilari BEM VIVER	10
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO	11
DIÁRIO DO AMAZONAS Arrecadação federal atinge recorde ECONOMIA	12

CAPA

Indústria automotiva cresce 18% no Amazonas

As concessionárias do ramo automotivo iniciaram 2013 em alta. No Amazonas o número de vendas de veículos novos surpreendeu com 2432 automóveis emplacados em janeiro, número que inclui também os chamados comerciais leves. Um crescimento significativo de 18,98% na comparação com o mesmo período de 2012 quando

emplacou 2044 unidades. Os dados são da Fenabreve (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores).

As motos registraram um decréscimo de -8,08% nas vendas em janeiro referente às 1741 unidades emplacadas, na comparação com 1894 motos emplacadas no primeiro mês do ano passado.

Página A5

Alternativas à indústria é o próximo passo

EUSTÁQUIO LIBÓRIO*

Os debates sobre a Zona Franca de Manaus (ZFM), que tem como carro-chefe o parque industrial da cidade, se centram, como não poderia deixar de ocorrer, nas necessidades, carências e alternativas para o modelo de indústria incentivada, implantado em plena época dos militares para atender circunstâncias que envolviam a segurança nacional, dado o vazio demográfico que até hoje é fator a ser levado em consideração no planejamento do crescimento e desenvolvimento

da Amazônia.

Não é por outro motivo, senão em razão da necessidade de integrar a Amazônia ao Brasil que, em 1969, o Comando Militar da Amazônia, então sediado em Belém/PA, mudou-se para Manaus, subordinando a 8ª Região Militar, localizada em Belém, e a 12ª Região Militar, em Manaus.

A ocupação, exploração de riquezas e crescimento do Amazonas, até hoje, em algumas instâncias, se mantêm subordinados a autoridades sediadas

no Estado do Pará, como é o caso da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Banco da Amazônia e mesmo do Banco Central, que mantém uma de suas 11 representações na capital paraense.

Mas, como dizíamos, o peso do modelo Zona Franca está em seu Polo de Indústrias, responsável pela pujança e riqueza gerada em Manaus, sem maiores repercussões no interior, e o que é mais grave, o modelo completa 46 anos no próximo dia 28 de fevereiro sem que se tenha, de fato, alternativas de crescimento econômico que não a indústria incentivada.

O projeto da Zona Franca de Manaus previa um tripé de atividades produtivas que dariam suporte à economia não só da capital, assim como ao próprio Estado do Amazonas.

Se nas décadas de 1970/80 o turismo de compras foi o motor da economia local, remonta ao início dos anos 1970 a implantação da indústria manauense, com organizações pioneiras como a CCE da Amazônia e a Beta S/A, para citar exemplos mais conhecidos. Pouco se ouve falar no terceiro tripé que impulsionaria o crescimento da Zona Franca e do Amazonas: o Distrito Agropecuário da Suframa.

Embora não se possa falar da inexistência de produção ligada ao setor primário proveniente dessa área sob a jurisdição da Suframa e localizada entre os municípios de Manaus e Rio Preto da Eva, na melhor das hipóteses o que se pode informar é que, agora, de 2012 para cá, parece haver maior atenção com essa, digamos, 'terceira via' sob a gerência da agência de desenvolvimento local que é a Suframa.

Assim, aos 46 anos, a maturidade do modelo deve levar seus gerentes, tanto no Amazonas quanto em Brasília, a refletir sobre a real necessidade de se ter alternativas passíveis de ser implantadas nos próximos anos, já que a prorrogação de mais 50 anos para ZFM parece que vai ficar entre as promessas encaminhadas ao limbo dos escaninhos burocráticos do Congresso Nacional.

* É jornalista e editor da Revista PIM - E-mail: liborio.eus@uol.com.br

"Amazonas é campeão de pobreza"

Por J Taketomi

A pesar dos avanços ocorridos a partir do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei da Ficha Limpa, o Brasil ainda é um país desorganizado juridicamente, o que dificulta a luta contra a corrupção, que, segundo o deputado federal Francisco Praciano (PT), sangra os cofres públicos e privados em R\$ 280 bilhões/ano. Praciano assegura que, dessa forma, não sobra dinheiro para investimentos em Estados como o Amazonas que amargam a pobreza e o atraso.

Jornal do Commercio - Como o senhor analisa o modelo Zona Franca de Manaus hoje?

Francisco Praciano - A Zona Franca de Manaus nasceu no cenário da integração da Amazônia ao país. Era o ufanismo do "integrar para não entregar", ligada à soberania nacional, o que não ocorreu. Nas fronteiras amazônicas campeiam o tráfico de drogas, a biopirataria, o tráfico humano, etc. A motivação da ZFM eram os impostos, IPI, Imposto de Importação. Tudo foi indo pelo ralo. Inclui hoje quem quer passar o ICMS de 12% para 4%, acabando a motivação, e hoje a logística da ZFM é nenhuma. A ZFM fatura 50 bilhões de reais e a sua infraestrutura portuária é sofrível. Internet é deficiente, malha viária não permite o escoamento de nada. Ela está hoje inserida no mercado global, é o mundo que vai acabar com a ZFM, é a ameaça asiática que vai acabar com ela e sua prorrogação não vai resolver coisa alguma. Afinal, o governo federal não vai fechar nunca as portas do Brasil para a China só por causa da ZFM. A população amazônica nunca espere uma coisa dessas. Hoje a alíquota do ICMS em 4% tornará a ZFM menos atrativa. Os empresários vão preferir ficar em São Paulo, onde há mão de obra qualificada e abundante e um bom centro consumidor. A ZFM perdeu competitividade em tablets, computadores, em modem, e estamos perdendo o mercado de mídias, o mercado de CDs e DVDs.

JQ - As ZPE's são, de fato, uma ameaça à ZFM?

Praciano - Se as ZPE's viabilizarem uma produção para a exportação, não serão ruins. Uma ZPE é uma zona fechada com arame farpado, com incentivo para a compra de equipamentos, de insumos, e pode exportar com incentivos. Em tese, não é ameaça a ZFM. A regra das ZPE's é não montar, no Brasil, produtos onde

já haja uma base instalada, ou seja, não podem fazer televisão para o mercado interno. É um fantasma que não mete medo à ZFM.

JQ - Se a ZFM está no fim, qual será a alternativa para ela?

Praciano - A alternativa é exploração do nosso mercado regional, aproveitando as potencialidades locais, mas eu não

conheço nenhum governador com essa visão estratégica. O Pará é um exemplo que deveria ser seguido pelo Amazonas. O Pará trabalha seus frutos regionais, a mandioca, sucos, óleos, etc. Nós podemos trabalhar tudo isso e mais, podemos trabalhar a indústria de fármacos, fitoterápicos e a piscicultura. E por falar em piscicultura, lá vem a Ásia de novo atrapalhar a nossa vida, pois a China é hoje a maior produtora de tambaqui. Nós temos fazendas aquáticas naturais, que são os lagos. Mas a piscicultura tem um grande gargalo, a ração. A ração não existe na pauta de governo algum, nem ração de milho, nem de soja, nem de nada. Por que o governo do Estado não subsidia a ração? O governo poderia aproveitar a logística da soja para trazer a base da ração usando o Porto de Itacoatiara. Nós poderíamos abastecer o mundo de peixe, bem como incentivar a exploração madeireira com manejo.

JQ - O governo federal tem feito a sua parte nesse processo?

Praciano - O governo federal faz a sua parte. Eu ajudei a colocar patrulha mecanizada no interior, três caminhões em Rio Preto da Eva para ajudar a escoar a produção local, dois caminhões em Presidente Figueiredo com o mesmo objetivo e dois caminhões em Itacoatiara. O interior está vivendo do

governo federal. O governo do Estado não existe. A economia interiorana está sendo ativada pelo Bolsa Família, do governo federal, que está colocando energia elétrica para facilitar pequenas indústrias. A cidade de Ananindeua, no Pará, possui quatro fábricas de açaí. E o açaí industrializado do Amazonas, onde é que ele existe? A Argentina vai buscar açaí lá no Pará. Nós temos o piracuí, que

poderia estar nas prateleiras de todo o país, com cartanagem, código de barra. Cadê o palmito das pupunheiras que o governo estadual tanto alardeou há tempos? Por que não temos patês de peixe, como o Equador? Por que nós não enlatamos o jaraqui e o tambaqui? A agroindústria interiorana teria que ter como

base o peixe. No interior falta tudo, falta até defensor público. Dos 61 municípios existentes, só Presidente Figueiredo tem defensor público. Sabem quantos mamógrafos funcionam no interior? Nenhum. Sabem quantos tomógrafos há no interior? Um em São Gabriel da Cachoeira, porque o Praciano botou lá. Em

outros lugares não há tomógrafos porque não há radiologistas. E a telemedicina? O Canadá, que é um deserto de gelo, tem telemedicina. Aqui, o deserto é verde, não tem isso, não tem saúde à distância. O mundo trabalha com tecnologia durante 24 horas, o Brasil, não.

JQ - Isso quer dizer que a pobreza é alarmante no interior?

Praciano - Vejam, 42% da população da Amazônia vive na pobreza, segundo o IBGE. Em algumas regiões a pobreza foi reduzida, mas no Amapá e no Amazonas ela cresceu. O Amazonas é campeão de pobreza. Nos municípios há falta de médicos e de água encanada. Outro absurdo é que 31% das cidades amazônicas possuem índices de homicídios superiores ao Estado do Rio de Janeiro. Somos campeões em taxas de hanseníase, tuberculose, hepatite e gravidez precoce. Os indicadores lamentáveis, que caracterizavam o Nordeste, estão se transferindo para o Norte.

JQ - O Amazonas, então, está por um fio e a bancada federal do Estado não consegue sequer se reunir. O que há com

a bancada?

Praciano - Ocorre que nós somos individualistas. A bancada do Norte é individualista, é fraca. A bancada do Nordeste é forte, toda semana se reúne e assume as bandeiras do Nordeste. A bancada do Norte, praticamente composta por 100 parlamentares, é individualista,

a bancada é uma fantasia, em 2012 não nos reunimos. Nós precisamos dizer para o governo federal que o Amazonas não está sendo visto estrategicamente, que a BR-319 deve ser completada, que a nossa Ponte

dade e servir como instrumento de desenvolvimento turístico. Precisamos dizer ao Governo que é impossível a gente ficar aqui com custos baixos, com competitividade, quando não temos fiscal da agricultura para liberar mercadoria aqui. E os empresários pagam custos altos por mercadoria armazenada há semanas nos Portos e Aeroportos de Manaus. Precisamos dizer ao governo federal que o núcleo da economia do Norte chama-se Manaus e a Superintendência da Receita Federal é no Pará; que a SUDAM tem que ter um escritório em Manaus; que 42% dos municípios amazonenses não possuem bancos oficiais, Banco do Brasil, Basa, Caixa Econômica.

JQ - Como a bancada pode apressar a votação da PEC sobre a prorrogação da ZFM?

Praciano - Temos que colocar a ZFM na pauta da bancada do Norte porque a ZFM ajuda o Norte. Se o governo federal for nosso aliado, ele convence a base dele no Congresso. O senador Braga ficou de convocar a bancada agora. Ele não quer mais a liderança, mas acho que ele deve continuar coordenador, porque é um homem que

está bem próximo do Governo. Apesar das nossas divergências, reconheço que ele hoje tem força para liderar e coordenar a bancada. E reconheço que ele não pode ser herói. Ninguém pode achar que a ZFM será salva graças aos cafezinhos do Braga com os ministros da presidente Dilma. Ele tem que criar uma bancada forte e articular com outros parlamentares do Norte. Eu estou com o deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) pra gente transformar a bancada do Norte tão forte e unida como é a do Nordeste.

JQ - Detalhe mais esse movimento político?

Praciano - É um movimento difícil, mas vamos enfrentar esse desafio. O Bala Rocha foi senador e agora é deputado federal pelo Amapá. Já estamos conversando com alguns companheiros para que, o mais rápido possível, possamos começar a pensar em uma Bancada do Norte. Acertei com o Bala Rocha que, no momento em que fecharmos o movimento, vamos formar comissão por Estado e ouvirmos parlamentares, as

"Amazonas é campeão de pobreza" (continuação)

instituições, a sociedade, para abraçarmos os principais projetos e reivindicações de cada Estado da região. Se a bancada do Amazonas quer a ZFM, ela deve também apoiar a luta de Roraima para chegar ao Oceano Atlântico e a luta do Acre para que suas estradas cheguem ao Pacífico, e a luta do Amazonas

para chegar aos países pan-amazônicos. Temos que unir o Norte. É assim que se luta no Congresso. Vejam a situação do Rio de Janeiro. Vai perder na questão dos royalties do Pré-Sal, porque não está unido com ninguém. A não ser que se entenda com o governo federal. Então, resumindo: nossa bancada tem que melhorar. Em uma reunião eu coloquei várias pautas para a bancada. Só uma

foi cumprida, que foi chamar o ministro da Previdência, a quem reclamamos das agências do INSS no interior do Amazonas. Ele pediu uma emenda de cada deputado, da ordem de R\$ 500 mil reais, que o resto ele complementaria e colocaria no Orçamento de 2013 cerca de 19 agências para os nossos municípios. O problema é sério. O Braga tem que atuar, ele é forte e tem que saber mobilizar a bancada.

JU - O senhor preside a Frente Parlamentar Nacional de Combate à Corrupção. Como vão os trabalhos da Frente?

Praciano - Nós temos tido avanços com a Lei da Ficha Limpa, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Controladoria Geral da União funciona como um ministério, a Lei anticorrupção eleitoral, a Lei de Acesso à Informação e temos as redes sociais que vão acelerar os avanços. Entretanto, a corrupção ainda continua muito forte no país. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a corrupção no Brasil custa hoje R\$ 80 bilhões/ano. E o governo federal não gasta nem R\$ 40 bilhões com a saúde em um ano. E mais: levantamento feito dá conta de que a corrupção envolvendo empresários chega a assustadora marca de R\$ 200 bilhões/ano. A corrupção empresarial é três vezes maior que a dos políticos. O Cachoeira e o Adail Pinheiro não são os maiores responsáveis pelo problema da corrupção no país. Os mensalões estão aí, maculando o PT que, apesar de tudo, tem pessoas sérias. O responsável pela corrupção é o Estado brasileiro. Como é que a gente vai combater a corrupção se os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados são indicados pelos governadores? Pesquisas do Instituto Ethos indicam que alguns presidentes de Assembleias Legislativas são fichas sujas e 90% dos parlamentares são atrelados aos governos estaduais, não fiscalizam nada. O Ethos também aponta que os investimentos em obras abrangendo a saúde e a educação não obedecem a processos licitatórios. Os governadores estão à vontade. E também há mensalões oficializados. Por isso, eu já fui com a presidente Dilma Rousseff ao Supremo Tribunal Federal pedir que fizessemos o Pacto da Moralidade: acabar com o atrelamento dos TC's aos governos e estru-

Pacto pela sustentabilidade

Instituições buscam fortalecer o Amazonas

Evento organizado pela Suframa busca afinar ações de instituições do Amazonas em prol do desenvolvimento da liderança sustentável

Nesta terça-feira (26), aproximadamente 15 instituições representantes do setor produtivo, poder público, academia e instâncias gestoras do trabalho e emprego participam, no auditório da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), da solenidade de adesão ao "Pacto pela educação para o desenvolvimento da liderança sustentável no Amazonas".

Entre as autoridades que já confirmaram presença no evento estão o vice-governador do Amazonas, José Melo, o superinten-

dente da SUFRAMA, Thomaz Nogueira, o presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), Wilson Périco, o presidente da Força Sindical do Estado do Amazonas, Vicente Filizzola, o secretário estadual da Educação, Rossieli Soares, a presidente nacional da ABRH (Associação Brasileira de Recursos Humanos), Leyla Nascimento, e a presidente da seccional da ABRH no Amazonas, Ozeneide Nogueira.

O "Pacto pela educação para o desenvolvimento da liderança sustentável no Amazonas"

terá caráter permanente e será instrumento de sinergia entre as instituições que atuam no Amazonas com projetos e programas ligados fundamentalmente à educação, qualificação pessoal e profissional e geração de emprego e renda – questões estas tratadas pelo acordo como fundamentais à continuidade e sustentabilidade da economia amazonense e, em especial, do Polo Industrial de Manaus (PIM). Com ações estratégicas a serem conduzidas por quatro comitês setoriais (indústria; comércio e serviços; produção

rural; e instituições de ensino), o pacto terá o capital humano como fonte de acumulação e crescimento econômico, buscando a convergência de ações governamentais, empresariais, acadêmicas, científicas e tecnológicas. "Firmaremos um compromisso público de desenvolver iniciativas coordenadas e coletivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade amazonense, com foco na educação e no capital intelectual", afirmou Thomaz Nogueira, superintendente da Suframa.

Incremento

Sony é líder no mercado brasileiro de filmadoras

A Sony Brasil aproveitou o bom momento do mercado brasileiro de filmadoras, que cresceu 19% em 2012 segundo a empresa de pesquisas GfK, para ampliar a sua liderança neste segmento. A Sony fechou o ano com market share de 71,1%, contra 67,5% em 2011. Os bons resultados são reflexos da estratégia da empresa de se aproximar do consumidor por meio da redução de preços de modelos de entrada e ampliação do mercado por meio do incremento de filmadoras com recursos mais sofisticados, como as de Full HD com projetor integrado. Um bom exemplo disso foi o Natal passado, quando a Sony emplacou quatro modelos entre os cinco mais vendidos no país, sendo dois deles voltados para a crescente classe média brasileira (a campeã de vendas PJ5 e SX21) e os modelos com valor agregado superior PJ200 e CX190. Para 2013, a expectativa é que o mercado nacional de filmadoras volte a crescer próximo da marca de 20%.

A Sony conta com 3,1 mil funcionários distribuídos em dois escritórios - São Paulo e Rio de Janeiro - e nas fábricas na Zona Franca de Manaus. Em maio de 2008, a empresa apresentou sua primeira loja própria Sony Store do Brasil e atualmente já conta com nove lojas presentes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Porto Alegre, São Caetano do Sul, Recife e Curitiba.

A empresa estrutura-se em duas áreas: Consumidor e Profissional. A primeira, voltada para o consumidor final, fabrica e comercializa toda a linha de áudio e vídeo. Já a área Profissional está dividida entre os departamentos de B2B e de Broadcast. A Sony Brasil atingiu crescimento de 24% no ano fiscal 2011, o maior incremento entre todos os países de atuação da companhia.

Suframa 46 Anos

**Vem aí a Edição Comemorativa
de Aniversário da Suframa.
Corra! Faça parte você também!**



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

46 Anos
28/02/2013



Candidatos sem perfil

Em verdade, falta a devida qualificação para que eles possam preencher as vagas de trabalho

LUANA GOMES
luana.gomes@acritica.com.br

Após as turbulências na economia amazense em 2012, 3,25 mil vagas foram captadas pelos postos do Sistema Nacional de Emprego em Manaus (Sine-Manaus) e no Amazonas (Sine-Amazonas) neste início de 2013. O Sine-AM registrou alta de 55,33% na oferta. Foram 1,43 mil postos de trabalho captados em janeiro deste ano frente aos 920 em igual período do ano anterior.

Entretanto, o número de vagas ultrapassando a casa dos dois mil não resultou em um grande número de enquadramentos. Apenas 338 inscritos conseguiram apresentar os perfis procurados pelas empresas, uma fatia de 16,47% do total.

Com base nos dados Sine-AM, cuja unidade gestora é a Secretaria de Estado de Trabalho do Amazonas (Setrab/AM), em torno de 2,05 mil se inscreveram para concorrer às vagas em janeiro, alta de 8,98% em comparação a igual período de 2012 - quando 1,88 mil pessoas foram a procura de emprego.

CAPACITAÇÃO

O assessor de planejamento do órgão, Almir Pinto, destacou



Demanda por vaga no mercado de trabalho tem sido grande nos postos do Sine, mas poucos conseguem preenchê-la

que as vagas existem, mas muitas vezes os interessados não possuem a qualificação exigida pelo mercado. "A gente encaminha os pedidos, mas também depende do candidato", pontuou.

O diretor da Paulo Pedrosa Headhunter & Associados, Amaro Rangel Júnior, ponderou que

Tabela economia			
ACÕES	JANEIRO/ 2013	JANEIRO/ 2012	VARIACÃO
INTERMEDIACÃO DE MÃO-OBRA			
Inscritos	2.052	1.883	8,98%
Vagas ofertadas	1.429	920	55,33%
Colocados	338	245	37,96%
SEGURO-DESEMPREGO			
Habilitados	7.316	6.850	6,80%

Fonte: Sine/AM

Manaus é uma metrópole com características de cidade pequena. Ele exemplificou uma vaga recente elaborada pela empresa para o cargo de gerente de Recursos Humanos, que exigia inglês fluente. Somente após quatro meses a vaga foi fechada. "Os profissionais com uma gama de cursos qualificação são preciosos", avaliou.

Enquanto o número de ofertas de vagas foi mais que o dobro, a variação dos trabalhadores colocados foi de 37,96%, em relação a janeiro de 2012 (245 vagas ocupadas).

Em virtude da troca de gestão, o município ainda não possui a análise comparativa dos meses. O relatório mostra somente dados de janeiro deste ano, no qual 1,82 mil vagas foram captadas e 2,40 mil trabalhadores encaminhados para as entrevistas.

Segundo o gerente de intermediação do Sine/Manaus, Manoel Almeida, 58 trabalhadores garantiram cargos e o retorno dos encaminhamentos está sob aguardo. "A demora se justifica pelo fato das empresas ainda estarem no processo de seleção e devido o dado de trabalhadores colocados só poder ser emitido no ato da assinatura em carteira dos aprovados", pontuou.

Corrida por benefício no Amazonas

Pelo menos 14,98 mil pessoas procuraram o Sine/AM para solicitar o benefício ao seguro-desemprego neste começo de ano. Deste total, 7,32 mil foram habilitados para receber o auxílio. Em janeiro do ano anterior, o seguro-desemprego foi concedido a 6,85 mil pessoas.

Segundo o assessor de planejamento do órgão, Almir Pinto, embora a crise tenha afetado todo o mercado, normalmente o Amazonas acaba se comportando de forma parecida. O assessor observou que em todo ano o "gráfico começa lá em cima" em virtude do término de contratos temporários tanto nas indústrias quanto no comércio.

Ao contrário do Sine-AM, o Sine Manaus mostra um reflexo bem mais positivo para janeiro. O Sistema deu entrada em 784 pedidos do benefício. Com base em levantamento da antiga gestão, em janeiro de 2012, foram 1,78 mil requerimentos anotados.

Dados m apontam que, de primeiro a 25 de fevereiro, foram 510 pedidos referentes ao seguro. Em todo o mês em 2012, foram 1,47 mil auxílios concedidos.

Vamos começar o ano

Passados dois meses de 2013, não temos levantamentos e análises apuradas de como será o desempenho do setor para este ano. Acreditamos que, nos primeiros meses, o período de férias, custos extras, pagamento de vários tributos e despesas com matrículas e materiais escolares acabaram prejudicando a comercialização de motocicletas. A real tendência do mercado deverá se refletir a partir de março. Não esperamos nenhum crescimento acentuado, mas acreditamos que 2013 apresente melhores resultados

do que o registrado em 2012. Temos mais dez meses para iniciarmos uma recuperação junto ao mercado consumidor. Esperamos, também, ações do Governo para incentivar o crescimento econômico no País, principalmente por meio de novos investimentos em infraestrutura e mais agilidade para continuidade das obras já iniciadas. O incentivo ao consumo também é importante, mas isoladamente acaba sendo prejudicial por não se sustentar ao longo do tempo, daí a importância dos investimentos para proporcionar essa sustentabilidade.

Outra medida muito importante e, com certeza, muito eficaz para o crescimento econômico é o investimento para elevar a competitividade das indústrias nacionais. O custo do trabalho se expandiu, baixando ainda mais a produtividade das fábricas brasileiras. Aliado a serviços precários de infraestrutura e impostos elevados, nossos produtos ficam caros, dificultando a competição com os artigos importados no Brasil e no exterior. Por que não começamos com a diminuição da burocracia, que não necessita de investimento financeiro adicional, apenas de



bom senso, vontade e determinação a mudanças? As reduções podem ocorrer apenas com a utilização de informações comuns das repartições públicas das esferas municipais, estaduais e federais. As empresas lidam com 106 tipos de impostos, taxas e, ainda, necessitam utilizar cartórios para reconhecimento de firmas em pleno século 21. Como faz falta o antigo Ministério da Desburocratização, que tinha como objetivo diminuir a improdutiva fábrica de papéis desnecessários e facilitar a vida de todos. Se não temos um

ministério para cuidar disso, vamos utilizar entidades e órgãos governamentais para discutir medidas que possam agilizar os processos e reduzir a burocracia brasileira. Estamos cientes que não é um trabalho fácil e que apenas a redução da burocracia não vai melhorar a competitividade. No entanto, é um começo para que possamos, junto com outras medidas, ter esperança de que podemos, um dia, tornar nossos produtos mais competitivos no mercado externo e, principalmente, no interno. Vamos acreditar e arregasar as mangas. Mãos à obra!

Julio Ventilari

Apoio ao polo naval

Evoluirá a partir de hoje, na Câmara Municipal, a sugestão de criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Polo Naval. O texto, de autoria do vereador Everaldo Farias, tem como foco o fortalecimento dessa obra do Governo do Estado.

Claro & Escuro

PACTO

Parcerias buscam
crescimento

O 'Pacto para o desenvolvimento da liderança sustentável no Amazonas' será assinado hoje, na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A proposta é ampliar a sinergia entre as instituições que lidam com projetos e programas na área da educação, qualificação pessoal e profissional e geração de emprego e renda.

Arrecadação federal atinge recorde

▶ Lucro dos bancos eleva o resultado de janeiro, o maior já registrado, com R\$ 116,6 bilhões

TEXTO Agência Estado

BRASÍLIA

O lucro dos bancos em 2012 levou a arrecadação federal em janeiro a um novo recorde histórico. No primeiro mês do ano, o governo recolheu R\$ 116,06 bilhões em impostos e contribuições, com destaque para o pagamento dos tributos que incidiram sobre o lucro obtido pelas empresas no ano passado, sobretudo as instituições financeiras. O resultado significa um crescimento real de 6,6% em relação a janeiro do ano passado, quando a arrecadação tinha atingido uma marca

histórica ao superar, pela primeira vez, os R\$ 100 bilhões em um mês.

"O resultado de janeiro é explicado pela maior arrecadação do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), com peso bastante relevante da antecipação do pagamento das parcelas do ajuste anual de 2012", explicou nesta segunda-feira o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto. A CSLL e o IRPJ totalizaram R\$ 34 bilhões e responderam por 83% da expansão da arrecadação de janeiro sobre o mesmo mês do ano passado.

Os números refletem o pa-

gamento dos tributos sobre o resultado do último trimestre de 2012 e a antecipação da entrega da declaração do Ajuste Anual, pela qual as empresas quitam os valores relativos ao lucro do ano anterior. O prazo de entrega da declaração termina em março, mas o pagamento prévio mostra que os bancos estão com recursos em caixa, indicando que tiveram uma boa lucratividade no ano passado. Ao pagarem antecipado, as empresas evitam que o valor devido seja corrigido pela taxa Selic, hoje em 7,2% ao ano.

Segundo os dados da Receita, o movimento foi liderado fortemente pelos bancos. As instituições financeiras au-

mentaram em 129,2% o pagamento do IRPJ e da CSLL pela estimativa mensal, que apura os tributos com base no lucro do quarto trimestre, e de 12,6% no caso do ajuste anual.

A escolha pelo adiantamento dos tributos já havia sido observada no ano passado, ainda que em menor escala. Este ano não está diferente. "Houve um aumento substancial da antecipação este mês, já que isso poderia ser diluído até março e influenciou significativamente sobre o mês de janeiro", disse Barreto.

Ele destacou, entretanto, que os dados ainda não permitem falar em recuperação ampla de todas as atividades da economia.

